

# Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 20

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Segundo lote de restituição do IR terá correção de 1% ..... 3

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto de Renda: segundo lote de restituição terá correção de 1% ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Cashback deve custar menos que Zona Franca de Manaus e Simples ..... 5

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo e prefeitos sem acordo sobre desoneração ..... 7

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Previsão de teto do INSS acima de R\$ 8 mil em 2025 ..... 8

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Teto pode chegar a R\$ 8.092,54 ..... 10

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Afirmação - APOSENTADOS ..... 11

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Doação via Pix, FGTS liberado e mais: quais são as medidas anunciadas ao RS ..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

Governo suspende dívida do estado ..... 14

PIONEIRO - CAXIAS DO SUL - RS - POLÍTICA  
ECONOMIA

Dívida do RS com a União é suspensa por três anos ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Pacheco desacelera tramitação da PEC do Quinquênio ..... 16

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

O superendividamento do servidor público brasileiro (Artigo) ..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Promessa é que cesta básica ficará mais barata para famílias de baixa renda ..... 19

FOLHA ONLINE - SP  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: como será o 'imposto do pecado' sobre cigarros (Reforma tributária)  
..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Jabuti" em PL ameaça compras de até US\$ 50.....	22
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária: 18 profissões liberais terão alíquota reduzida.....	24
A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Mercado eleva para 2,09% projeção de alta da economia.....	25
CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA ECONOMIA	
Mercado eleva projeção para taxa Selic.....	26
CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - ECONOMIA ECONOMIA	
Projeção de expansão da economia sobe para 2,09%.....	27
CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - GERAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
ICMS arrecadado soma R\$ 426,5 mi em março/2024.....	28
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS ECONOMIA	
Previsão do PIB brasileiro é elevada.....	29

# Segundo lote de restituição do IR terá correção de 1%

O segundo lote de restituição do Imposto de Renda 2024 terá correção de 1%, segundo dados da **Receita Federal**. O pagamento tem como base a taxa básica de juros da economia, a Selic.

O primeiro lote, no entanto, não tem correção, já que é pago em 31 de maio, último dia para declarar o IR 2024. A consulta a este lote será liberada em 24 de maio. Moradores das 336 cidades do Rio Grande do Sul atingidas pelas enchentes terão prioridade na restituição. O prazo para prestar contas ao fisco, neste caso, foi adiado para 31 de agosto.

De acordo com a Receita, os contribuintes dos municípios atingidos receberão a restituição em junho.

Segundo dados do órgão, o Rio Grande do Sul era o quarto estado com mais declarações entregues até as 15h31 de sexta-feira (10), com 1.510.886, sendo que 65,9% (995.673) receberão uma quantia do fisco.

O pagamento do segundo lote será em 28 de junho, e a tendência é que os dois primeiros lotes tenham apenas contribuintes que estão na lista de prioridade. No ano passado, quem não estava entre os prioritários só entrou no terceiro lote.

O valor da restituição tem uma correção de 1% por mês e mais um percentual proporcional da Selic, a taxa básica de juros, que atualmente está em 10,5% ao ano.

Desde 2023, a Receita ampliou as regras que garantem prioridade aos cidadãos na hora da restituição.

São elas: 1) Idosos com 80 anos ou mais; 2) Idosos com 60 anos ou mais, e pessoa com deficiência e/ou doença grave; 3) Contribuintes cuja maior fonte de renda é o magistério; 4) Contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida e/ou optaram por receber a restituição por Pix; 5) Demais contribuintes.

Entre as pessoas que estão no mesmo grupo de beneficiados, o desempate é feito pela data de entrega.

O número de contribuintes prioritários deve aumentar neste ano, já que a declaração pré-preenchida, que dá prioridade, está sendo usada por mais de 40% de

quem prestou contas ao fisco até agora.

No ano passado, o modelo foi adotado por 23,9%.

A Receita deve liberar a consulta do primeiro lote em 24 de maio, uma semana antes do pagamento dos valores, previsto para o dia 31 de maio, fim do prazo para declarar. Depois disso, serão mais quatro lotes, sempre no último dia útil do mês.

Quem entregar o IR após o prazo legal, terá de pagar uma multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido (Da Folhapress).

**Site:**

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17691>

# Imposto de Renda: segundo lote de restituição terá correção de 1%

O segundo lote de restituição do Imposto de Renda 2024 será pago em 28 de junho com correção de 1%, segundo informou a **Receita Federal**. A correção ocorrerá porque o pagamento tem como base a taxa básica de juros da economia, a Selic, que atualmente está em 10,5% ao ano. O mesmo não ocorre com o primeiro lote, que será em 31 de maio, último dia para declarar, sem correção. A Receita disse que os contribuintes dos municípios atingidos pelas enchentes no Rio Grande do Sul (RS) receberão a restituição em junho, pois terão prioridade.

O valor da restituição tem uma correção de 1% por mês e mais um percentual proporcional da Selic, a taxa básica de juros. Desde 2023, a Receita ampliou as regras que garantem prioridade aos cidadãos. Em primeiro lugar aparecem idosos com 80 anos ou mais, seguido de idosos com 60 anos ou mais, e pessoa com deficiência e/ou doença grave. Depois aparecem contribuintes cuja maior fonte de renda é o magistério e aqueles que usaram a declaração pré-preenchida e/ou optaram por receber a restituição por Pix.

A consulta ao primeiro lote deverá ser liberada em 24 de maio, uma semana antes do pagamento dos valores, previsto para o dia 31 de maio, fim do prazo para declarar. Depois disso, serão mais quatro lotes, sem pre no último dia útil do mês. De acordo com dados da Receita, quem entregar o IR após o prazo legal, terá de pagar uma multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido. O número de contribuintes prioritários deve aumentar neste ano, já que a declaração pré-preenchida, que dá prioridade, está sendo usada por mais de 40% de quem prestou contas ao fisco até agora. No ano passado, o modelo foi adotado por 23,9%. É obrigado a declarar o Imposto de Renda em 2024 o contribuinte que, entre outros, em 2023 recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90, o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos; em anos anteriores, o limite utilizado foi a partir de R\$ 28.559,70.

Neste ano, a Receita liberou o Programa Gerador do Imposto de Renda (PGD) em 12 de março, e o acesso pelo aplicativo Meu Imposto de Renda para celular e tablet no dia 15, assim como o portal e-CAC. O prazo de entrega vai de 15 de março a 31 de maio. A declaração pré-preenchida também foi disponibilizada em 12 de março. Quem opta pelo modelo entra na fila

de prioridade da restituição, que inclui ainda contribuintes que recebem os valores por Pix, idosos acima de 60 anos, professores cuja maior fonte de renda é o magistério e cidadãos portadores de deficiência física ou mental ou doença grave.

## Doação

É possível ajudar ainda mais as vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul com a doação de até 6% do imposto devido a fundos que são controlados por conselhos municipais, estaduais, distrital ou nacional. "As doações podem ser feitas por pessoa física apenas no modelo completo da declaração do Imposto de Renda", afirma o advogado tributarista Leandro Naglia-te. "Além de auxiliar quem mais necessita neste momento, o valor destinado permite ao contribuinte pagar menos imposto." Até a data limite, o contribuinte tem a opção de destinar até 6% do valor devido aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e/ou aos Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa. De acordo com o tributarista, a forma mais simples de destinar parte do imposto devido é acessando no modelo completo da declaração de Imposto de Renda o item "Doações Diretamente na Declaração". Em seguida, o contribuinte escolhe Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e/ou Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa. Se optar por um dos fundos, o valor máximo é de 6%, não podendo ser mais que 3% para uma mesma entidade. Na escolha dos dois fundos, são 3% para cada um. Nesta modalidade, não há a opção de endereçar o valor a uma entidade específica.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

# Cashback deve custar menos que Zona Franca de Manaus e Simples

**Jéssica Sant"Ana e Lu Aiko Otta**

O cashback - sistema de devolução de **tributos** para famílias de baixa renda - que será criado com a **reforma tributária** deve envolver uma renúncia fiscal de apenas R\$ 14 bilhões, incluindo União, Estados e municípios, de acordo com simulações preliminares feitas a partir de um estudo do Banco Mundial, afirmou Rodrigo Orair, diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** (Sert) do Ministério da Fazenda, em entrevista ao Valor. Ele é o braço-direito do secretário Bernard Appy para o tema.

O número ainda é preliminar, porque dependerá do padrão de consumo das famílias de baixa renda. Também leva em conta valores de 2018, que é o ano para o qual há dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Assim, segundo Orair, o custo do cashback será muito menor e mais eficiente do que ampliar a lista de produtos da cesta básica (que terão isenção ou alíquota de 40%) ou incluir mais bens e serviços nas demais alíquotas reduzidas. A política, apontou o diretor, também será mais barata que as atuais dez principais renúncias tributárias da União, como o Simples Nacional, a Zona Franca de Manaus e as deduções do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

São três as principais vantagens do cashback proposto pelo projeto de lei que regulamenta a **reforma tributária**, afirmou Orair, um dos idealizadores da proposta. Primeiro, a política acerta no público-alvo: famílias com renda per capita até meio salário mínimo. "Com o cashback, você tem um alvo e dez dardos. Você pode errar um, por erro de inclusão. Mas os outros nove acertam o alvo. Essa é a diferença em relação à cesta básica", explicou o economista, que também é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A segunda vantagem, defendeu Orair, é que o cashback não interfere na estrutura do sistema tributário, diferentemente das alíquotas reduzidas, que geram acumulação de crédito, ressarcimento e podem abrir brecha para elisão fiscal. A terceira vantagem é o já mencionado custo baixo, quando comparado à redução de alíquota ou outras renúncias fiscais dadas

pela União, Estados e municípios.

"O cashback é uma das raras oportunidades de você combinar eficiência e equidade, em vários sentidos. Ele acerta o alvo, não interfere no funcionamento do sistema tributário e tem custo administrativo muito menor e vai permitir você conviver com a CBS [Contribuição de Bens e Serviços, federal] e com o IBS [Imposto sobre Bens e Serviços, Estadual e municipal] com alíquotas mais baixas", argumenta Orair.

O cashback será destinado a famílias com renda mensal até meio salário mínimo per capita, integradas ao Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal. São 28,8 milhões de famílias que podem ser beneficiadas, o equivalente a 73 milhões de pessoas. A estimativa é que 55% das crianças de zero a seis anos estão nesses domicílios que poderão receber a devolução dos **tributos**.

O sistema começará a funcionar em janeiro de 2027 para a CBS e em janeiro de 2029 para o IBS. Até lá, são dois os principais desafios: a implementação e o combate a fraudes. Para as contas de luz, água e esgoto, o mecanismo é simples: o desconto virá automático na fatura.

Já para os demais produtos e serviços, a **Receita Federal** e o Comitê Gestor do IBS vão apurar o gasto da família e fazer a devolução, por intermédio das instituições financeiras. O período de apuração será definido posteriormente, mas uma possibilidade é ser mensal. O governo quer abrir uma conta específica para o titular da família receber o cashback, ou usar uma conta que ele já possui. Não será usado o cartão do Bolsa Família, pois a ideia é deixar clara a diferença entre as duas políticas: uma é transferência de renda; a outra, devolução de **tributos** pagos.

Um aplicativo para o cashback deverá ser criado, para que as famílias possam fazer o acompanhamento. O depósito será feito para o titular da família de baixa renda, por isso a orientação de Orair é que as compras sejam concentradas no CPF do titular cadastrado. O economista diz que fazer a devolução para todos os CPFs de uma família traria complexidade ao sistema.

O desafio, portanto, será a exigência de as compras serem feitas com nota fiscal, para que a Receita e o

Comitê Gestor do IBS possam fazer o cálculo da devolução. O objetivo do governo com essa condição é estimular a cidadania fiscal e mitigar a informalidade e a sonegação fiscal. Porém, é sabido que muitos bens e serviços adquiridos por famílias de baixa renda são feitos sem nota fiscal.

Para não deixar esse público de fora, o projeto prevê uma alternativa para cálculo simplificado das devoluções, a partir do histórico de consumo das famílias de determinadas regiões. A ideia é usar essa opção para populações em que realmente não é possível estimular o uso de nota fiscal, como as ribeirinhas, que têm mais dificuldade de acesso.

O governo também estuda criar um sistema para que o desconto seja aplicado na "boca do caixa", ou seja, no ato da compra. O desafio é expandir para os pequenos negócios. Orair explica que, se não for possível a implementação desse sistema por todos os tipos de empresas, ele pode não ser adotado, já que criaria um diferencial competitivo entre os estabelecimentos que devolvem o tributo na hora da compra e os que não devolvem.

Em relação ao combate a fraudes, a maior preocupação dos especialistas é em relação ao uso do CadÚnico, que historicamente apresenta falhas no cadastramento das famílias. Orair argumenta que, por mais que haja críticas e indícios de fraudes, o CadÚnico passa "periodicamente por processos rigorosos de conferência, a partir de várias bases de dados".

Além disso, o governo traz no projeto de lei complementar a previsão de estabelecer limites de devolução para assegurar a compatibilidade dos valores devolvidos com a renda da família. É, segundo o diretor da Sert, um mecanismo de prevenção a fraudes.

O projeto prevê uma devolução de 20% dos **tributos** pagos (CBS e IBS) para produtos e serviços em geral, exceto os taxados pelo Imposto Seletivo, que não darão direito a cashback. Contas de luz, de água e esgoto terão devolução de 50% da CBS e 20% do IBS. Já para a aquisição de bo-tijão de gás (13 kg), a devolução será de 100% da CBS e 20% do IBS. Esses são os percentuais mínimos: União, Estados e municípios poderão estabelecer, por lei específica, percentuais superiores, até 100%.

Orair afirmou que os percentuais foram fixados de comum acordo com Estados e municípios. Inicialmente, baseado na experiência do Rio Grande do Sul, o governo trabalhava com a ideia de devolver 50% dos **tributos** pagos, mas para não haver prejuízos aos entes subnacionais, a alíquota geral de

devolução foi fixada em 20%.

Ele também explica que, quanto maior o percentual de devolução, maior será a alíquota padrão de referência da reforma, hoje estimada em 26,5%, em média. Isso porque a emenda constitucional prevê que a reforma precisa ser neutra do ponto de vista de carga tributária.

Aposta é que custo será muito menor e mais eficiente do que ampliar a lista de produtos da cesta básica

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187873?page=2&section=1>

# Governo e prefeitos sem acordo sobre desoneração

Brasília - Apesar de não chegar a um acordo sobre a desoneração da folha, prefeitos demonstraram otimismo com maior flexibilização do governo em relação ao reescalonamento das dívidas dos municípios, especialmente para os do Rio Grande do Sul, após encontro com os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Alexandre Padi-Iha (Relações Institucionais), ontem, no Palácio do Planalto.

A expectativa dos prefeitos é que, até o fim desta semana, o impasse sobre a desoneração da folha seja resolvido. Participaram do encontro representantes da Federação Nacional dos Prefeitos (FNP), da Associação Brasileira de Municípios (ABM) e da Confederação Nacional de Municípios (CNM). De acordo os presidentes da FNP, Edivaldo Nogueira, e da CNM, Paulo Ziulkoski, durante o encontro com os ministros foram tratados os principais pontos da proposta da CNM sobre a desoneração da folha de pagamento dos municípios. A matéria foi protocolada como emenda de plenário à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023 pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE).

Com 36 assinaturas de senadores, a emenda aguarda apenas a numeração pela mesa da Casa. A PEC 66/2023 abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos municípios com seus Regimes Próprios de **Previdência Social** dos **Servidores Públicos** (RPPS) e com o Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS).

"Essa proposta da CNM tem 100% de apoio da FNP", afirmou Nogueira. Pouco antes, Ziulkoski destacou que o tema principal do encontro foi a desoneração da folha, mas, logicamente, os prefeitos comentaram sobre a proposta da CNM que trata da reoneração da folha de pagamento dos municípios e prevê que ela volte gradualmente dos 8% atuais para 14%, a partir de 2027, passando para 10%, em 2025, e para 12%, em 2026.

Com isso, a contribuição previdenciária não será de 20% como queria o governo no início, com a proposta de reoneração. "Vamos mostrar aos ministros que, depois da redução da alíquota, o volume de recolhimento de contribuições aumentou, porque a maioria não pagava", afirmou.

De acordo com dados da CNM, esse escalonamento

proporciona uma economia de R\$ 12,8 bilhões aos municípios. A proposta ainda prevê o parcelamento especial das dívidas dos municípios junto ao RGPS e ao RPPS, dividindo as prestações em 240 meses, além de redução de 40% das multas e de 80% nos juros de mora, por exemplo.

Com o novo parcelamento, conforme dados da entidade, a dívida das prefeituras junto ao RGPS, que está em R\$ 248 bilhões, terá uma redução de R\$ 86 bilhões referentes a juros, multas e encargos legais. Outra proposta apresentada é o novo modelo de quitação de precatórios pelos municípios, que somam R\$ 196 bilhões, pelas estimativas do presidente da CNM.

Entre os destaques apontados na proposta, está incluída a equiparação das regras dos benefícios dos RPPS municipais às da União e uma solução dos impasses interpretativos da legislação sobre aporte e monetização de ativos para garantir uma economia de R\$ 690 milhões de cobranças indevidas aos municípios.

**Site:** <https://digital.em.com.br>

# Previsão de teto do INSS acima de R\$ 8 mil em 2025

**Gustavo Andrade**

Os benefícios previdenciários são reajustados no início de cada ano, para minimizar os impactos da **inflação** na renda de aposentados, pensionistas e outros segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Projeções apontam que o salário mínimo pode chegar a R\$ 1.508,66 em 2025, enquanto o teto dos benefícios pode chegar a R\$ 8.092,54. O piso das aposentadorias é vinculado ao salário mínimo e têm reajuste real, acima da **inflação**.

As projeções dos especialistas são diferentes das divulgadas pelo governo, que prevê um salário mínimo de R\$ 1.502 no próximo ano.

O reajuste é calculado usando a **inflação** acumulada durante o último ano usando o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que verifica a variação do custo de vida médio de famílias com renda mensal de um a cinco salários mínimos.

Jânio Araújo, coordenador Geral do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos no Estado (Sindnapi-ES), destacou que o sindicato avalia que os reajustes feitos neste formato são apenas uma recomposição da perda da **inflação**, mas que não há um aumento real nas aposentadorias.

"Para os que ganham acima de um salário mínimo, só têm o benefício corrigido pelo índice da **inflação**. E sabem os que na verdade não corresponde ao percentual que é divulgado. Para realmente criar um política de recomposição das perdas salariais, tem que dar a **inflação** para recompor a perda e um percentual que seria um aumento real".

Com relação ao teto do **INSS**, já existe um estudo, com uma previsão de que realmente alcançaria por volta de R\$ 8 mil, mas que ainda é cedo para definir, segundo o economista Ricardo Paixão.

"Vai depender da arrecadação do governo e de uma série de fatores. Os benefícios para aqueles que ganham menos, que tem um salário pequeno, onde o orçamento está muito apertado, tem dificuldade de comprar produtos básicos de subsistência. Para esses beneficiários, não é um aumento expressivo", disse o

economista.

É preciso aguardar mais, pois está cedo para saber em quanto vai fechar a **inflação**, mas que o reajuste representaria a manutenção do poder de compra de aposentados e pensionistas, explicou o presidente do Conselho Regional de Economia do Estado (Corecon-ES), Claudeci Pereira Neto.

"O teto do **INSS** costuma seguir a **inflação**, não tem tido reajuste real, acredito que também não é o caso de dar reajuste real a esse teto, mas acompanha a **inflação** oficial pela IPCA. E importante também para aqueles que ganham mais ter o seu poder de compra mantido", destacou.

OS NÚMEROS R\$ 1.508 mínimo em 2025, para o governo R\$ 1.502 mínimo segundo especialistas

Banco Central prevê **inflação** maior do que a esperada

A precisão é de alta maior nos preços, segundo projeções do boletim Focus, do Banco Central. A mediana das projeções dos economistas do mercado para a **inflação** oficial brasileira neste ano voltou a subir, agora de 3,72% para 3,76%.

Para a taxa básica de juros (Selic), a mediana das estimativas subiu de 9,63% para 9,75% no fim de 2024, manteve-se em 9% no de 2025 e foi de 8,75% para 9,00% em 2026.

No geral, a **inflação** está controlada, apesar do Banco Central ter sinalizado que alguns itens da **inflação** que ainda não estão controlados, mas que as chuvas no Rio Grande do Sul vão impactar bastante também, segundo o presidente do Conselho Regional de Economia do Estado (CoreconES), Claudeci Pereira Neto.

"Com certeza impacta, principalmente nos preços dos alimentos, já que o Rio Grande do Sul é um grande produtor de alimentos. Reduzindo a oferta, os preços tendem a aumentar", explicou.

O governo tem que agir rápido, importando alimentos, para manter os preços e a **inflação** de alimentos se manter, segundo o economista. "A **inflação** de alimentos pesa mais entre os pobres".

## DETALHES

### Valor do teto do **INSS**

PROJEÇÕES da Genial Investimentos apontam que o mínimo pode chegar a R\$ 1.508,66 em 2025, enquanto o teto dos benefícios pode chegar a R\$ 8.092,54.

AS PROJEÇÕES dos especialistas são diferentes das divulgadas pelo governo, que prevê um salário mínimo de R\$ 1.502 no próximo ano.

### Minimizar impactos da **inflação**

O REAJUSTE é dado para minimizar os impactos da **inflação** na renda dos beneficiários. Eles receberão o reajuste na competência de janeiro, ou seja, nos valores recebidos no fim do primeiro mês do ano e no início de fevereiro de 2025.

NA DATA. aposentados e pensionistas poderão verificar o novo salário por meio do site e do aplicativo Meu **INSS**. Após o login, deve clicar no serviço "Extrato de Pagamento", onde poderá verificar o valor e a data de recebimento.

SÓ RECEBERA o valor completo do reajuste quem já recebia o benefício em janeiro de 2024. Aqueles que passaram a receber o salário neste ano. ganhará o reajuste conforme a **inflação** calculada nos meses correspondentes.

### Cálculo

O REAJUSTE é calculado usando a **inflação** acumulada durante o último ano usando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que verifica a variação do custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 a 5 salários mínimos.

NAS PROJEÇÕES da Genial Investimentos, a **inflação** acumulada deve ser de 3,94% neste ano, enquanto a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda projeta um acúmulo de 3,25%. Estes grupos são mais impactados pelas variações dos preços, pois tendem a gastar seu rendimento em transporte, alimentação e medicamentos, segundo o IBGE.

### Aposentadoria continua vinculada ao salário mínimo

Algum as vezes criticada por seus pares pela tepidez, a ministra Planejamento e Orçamento Simone Tebet saiu da penumbra ao defender publicamente a desvinculação do valor das aposentadorias ao salário mínimo, mas acabou entrando na mira da esquerda ao

escolher atacar um tema caro ao PT

A ministra acabou ficando isolada em seu posicionamento, que não teve respaldo nem sequer do ministro da Fazenda Fernando Haddad. O episódio colocou na vitrine a dissonância que há meses já vinha se manifestando nos bastidores.

A conduta de Tebet chegou a ser apontada com o exemplo de desgoverno durante um jantar do ministro das Relações Institucionais Alexandre Padilha com a coordenação da bancada do PT na Câmara, na noite do último dia 7.

O fato de Tebet ter suscitado uma pauta negativa no mesmo momento em que as ações do governo no Rio Grande do Sul ganham visibilidade foi usado por petistas como uma demonstração de desafinamento dentro da equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Padilha, porém, minimizou o problema, recomendando que os parlamentares não dedicassem energia a um tema que nem sequer consta da agenda do governo.

A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), escancarou sua posição contrária nas redes sociais. "São idéias muito ruins, que contrariam o programa de governo eleito em 2022", disse. "E no mínimo preocupante que sejam defendidas pela ministra @simonetebetbr.

# Teto pode chegar a R\$ 8.092,54

No início de cada ano, aposentados e pensionistas veem seus benefícios previdenciários serem reajustados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A correção é feita pela **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O piso das aposentadorias é vinculado ao salário mínimo e têm reajuste real, acima da **inflação**.

Projeções da Genial Investimentos apontam que o mínimo pode chegar a R\$ 1.508,66 em 2025, enquanto o teto dos benefícios pode chegar a R\$ 8.092,54.

As projeções dos especialistas são diferentes das divulgadas pelo governo, que prevê um salário mínimo de R\$ 1.502 no próximo ano. Os valores foram calculados a pedido da reportagem.

O reajuste é dado para minimizar os impactos da **inflação** na renda dos beneficiários.

Os beneficiários receberão o reajuste na competência de janeiro, ou seja, nos valores recebidos no fim do primeiro mês do ano e no início de fevereiro de 2025.

Na data, aposentados e pensionistas poderão verificar o novo salário por meio do site e do aplicativo Meu **INSS**. Após o login, deve clicar no serviço "Extrato de Pagamento", onde poderá verificar o valor e a data de recebimento.

Só receberá o valor completo do reajuste quem já recebia o benefício em janeiro de 2024 (Da Folhapress).

**Site:**

**<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17691>**

# Afirmção - APOSENTADOS

## **EMÍDIO REBELO FILHO**

"A receita da Previdência é sagrada. É para pagar os aposentados.

Não dá para brincar com essas coisas". Esta afirmação do Ministro da Fazenda Fernando Haddad é corretíssima.

Entretanto, o governo, principalmente o Poder Executivo, deve cumprir o dispositivo constitucional, não se utilizando dos recursos financeiros arrecadados da **Previdência Social** para aplicá-los em outros programas, conforme vem fazendo há dezenas e dezenas de anos, defasando terrivelmente os proventos das aposentadorias e pensões pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Procedimento irregular que vem causando prejuízo incalculável, inclusive com desgastes profundos na vida dos segurados do **INSS**.

SEGURIDADE A **Seguridade Social** foi criada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e "compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, assistência social e **previdência social**". Portanto, a arrecadação financeira desta conta, entende-se como privativa e exclusiva para atender a demanda, ou seja, as despesas decorrentes nas três áreas. É preciso e urgente que se corrija o procedimento irregular praticado com a transferência de recursos financeiros para ocorrer pagamento de despesas não identificados como **Seguridade Social**, cumprindo-se efetivamente a Constituição.

ESPERANÇOSOS Aposentados e pensionistas, segurados do **INSS**, estão esperançosos para que o mecanismo, criado em 1994, Desvinculação de Receitas da União, a famigerada DRU, não seja mais renovado pelo Congresso Nacional (deputados federais e senadores). Esse mecanismo surgido no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, permitiu que a conta **Seguridade Social** sofresse uma sangria financeira elevadíssima, com prejuízo incalculável ao desempenho eficaz nas áreas da saúde, da assistência e da previdência. Esta última penalizando milhões de brasileiras e brasileiros, com a redução drástica nos proventos de suas aposentadorias e pensões.

INSISTÊNCIA Temos que insistir sempre na

aprovação do Projeto de Lei nº4434/2008. Vamos aqui repetir quantas vezes for necessário, até que vossas excelências, os deputados federais, entendam que aposentados e pensionistas não estão pedindo um favor e sim reivindicando um direito que lhes é assegurado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 201, parágrafo 4º. Causa estranheza a insensibilidade dos nossos representantes na Câmara Federal passar tanto tempo, dezesseis anos, sem que uma decisão seja tomada, prejudicando a vida de cidadãos e cidadãs brasileiros. Corrija-se a injustiça!

CORREÇÃO Destaca-se e transmite-se o artigo 3º da Lei nº10.741/2003, Estatuto da Pessoa Idosa, para informar aos deputados federais que os aposentados e pensionistas estão ali inseridos e contemplados: "É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária".

Portanto, o que os segurados do **INSS** reivindicam nada mais é do que lhes assegure a legislação: igualdade e correção imediata de seus proventos previdenciários.

PREOCUPAÇÃO A preocupação dos participantes da Associação dos Mantenedores- Beneficiários da Petros (AMBEP) continua. Até agora (10.05.2024) não há qualquer informação clara e incisiva sobre as gravíssimas denúncias formuladas em abaixo-assinado de associados. Um pronunciamento oficial dos Conselhos Deliberativo e Fiscal é necessário para esclarecer os fatos supostamente irregulares cometidos na atual gestão administrativa da entidade.

Decorridos dois meses e nenhuma manifestação dos Conselhos, ao que sabemos, ocorreu.

MÃE "Mãe, flor de rara beleza, que adorna e perfuma o lar, fonte inesgotável de ternura e amor" (Ailton Cordeiro).

Site: [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-9195e04b348f6986f87fd3c5fedeabc9.pdf](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-9195e04b348f6986f87fd3c5fedeabc9.pdf)

# Doação via Pix, FGTS liberado e mais: quais são as medidas anunciadas ao RS

Os municípios afetados pelas enchentes no Rio Grande do Sul estão recebendo uma série de medidas tanto do governo federal quanto do governo estadual, com o objetivo de amenizar os danos causados pelas chuvas que assolam a região desde a última semana de abril. Este é considerado o pior desastre natural da história do Estado.

Receba as principais notícias direto no WhatsApp! Inscreva-se no canal do Terra

Entre as ações estão a aprovação de um decreto de calamidade para facilitar o envio de recursos ao Estado, a destinação de R\$ 1,06 bilhão em emendas parlamentares e a implementação de ações diretas para auxiliar os moradores afetados, como a liberação dos saques do FGTS. Na segunda-feira, o governo federal anunciou a suspensão da dívida do Rio Grande do Sul por três anos .

Outras medidas tomadas:

Confira a seguir os detalhes das principais medidas tomadas em prol do Rio Grande do Sul.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva anunciou na tarde desta segunda-feira, 13, a suspensão da dívida do Rio Grande do Sul com a União por 3 anos. Durante esse período, os juros da dívida serão zerados, e a economia resultante, estimada em cerca de R\$ 11 bilhões, será direcionada para investimentos na reconstrução do Estado.

Apesar das condições, o governador Eduardo Leite (PSDB) afirmou que a medida não será suficiente . Vamos precisar de outros tantos apoios em outras tantas frentes e inclusive permanecer discutindo o tema da dívida em relação ao seu futuro , disse o governador tucano.

A Caixa Econômica Federal liberou o saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para os afetados pelas enchentes. Ao todo, mais de 1,3 milhão de pessoas poderão acessar o benefício.

O Ministério do Desenvolvimento Social antecipou o Bolsa Família para os residentes dos municípios afetados. O valor poderá ser sacado já no primeiro dia de pagamento, em 17 de maio. O saque foi liberado sem a exigência do cartão ou documentos, para o

caso de beneficiários que os tenham perdido devido às enchentes.

No último sábado, 11, o governo federal também anunciou a suspensão das atividades de averiguação e revisão cadastral do Bolsa Família no Rio Grande do Sul até dezembro deste ano. A intenção é evitar o agravamento da vulnerabilidade das famílias afetadas pela situação de calamidade pública no estado.

Cerca de 906 mil imóveis afetados pelas enchentes que atingem o Rio Grande do Sul desde 29 de abril receberão isenção nas contas de água. Essa medida será destinada aos moradores cujas residências foram alagadas ou que enfrentaram desabastecimento. Estima-se que essa iniciativa represente uma isenção de R\$ 100 milhões para as famílias afetadas.

O Comitê Gestor do Estado, responsável pelas doações recebidas através do Pix SOS Rio Grande do Sul, definiu que cada família beneficiada pela iniciativa receberá R\$ 2 mil. O governo estadual tem promovido o Pix como canal para arrecadação de doativos. Até esta segunda-feira, 13, já haviam sido arrecadados R\$ 93.474 milhões em doações.

A expectativa é que ao menos 45 mil famílias sejam atendidas. Pessoas desabrigadas ou desalojadas como consequência do evento climático ou que tenham ficado desabrigadas ou desalojadas, mas já retornaram para suas casas, são prioridade nos repasses. O governo gaúcho detalhou nesta segunda quem deverá receber os recursos .

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) adiantará para 24 de maio o pagamento dos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão por morte e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Esses benefícios, que originalmente seriam pagos de 24 de maio a 7 de junho, serão disponibilizados integralmente neste dia do mês.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal anunciaram que concederão um período de carência para aqueles que pedirem empréstimos no Rio Grande do Sul. Os empréstimos do BNDES terão um período de carência de 12 meses para pagamento, enquanto a Caixa suspenderá por 6 meses a cobrança de prestações financiadas. Essa medida também se

aplicará aos financiamentos habitacionais.

Nos próximos dias, aproximadamente R\$1,06 bilhão em emendas parlamentares serão liberados para os municípios gaúchos afetados pelas inundações. Conforme anunciado pelo governo, já foram enviados R\$ 580 milhões, e os outros R\$ 480 milhões serão desembolsados após uma modificação na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

As emendas parlamentares representam o instrumento legal por meio do qual deputados e senadores direcionam recursos para suas bases eleitorais. Já as emendas individuais são os recursos destinados individualmente pelos congressistas.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) anunciou a suspensão, por 90 dias, da cobrança de parcelas de dívidas renegociadas por contribuintes do Estado, incluindo pessoas, empresas e municípios do Rio Grande do Sul que possuem pendências com a União.

O Banco Central (BC) anunciou a suspensão, por 90 dias, de medidas de cobrança administrativa e judicial contra devedores residentes no Rio Grande do Sul e pessoas jurídicas sediadas no Estado. Segundo o BC, o atendimento aos devedores e seus representantes deve ser mantido, preferencialmente, de forma remota, por meios como e-mail, telefone e aplicativos de mensagem instantânea.

A **Receita Federal** estendeu o prazo de pagamento do Imposto de Renda para os contribuintes de 336 cidades do Rio Grande do Sul, incluindo a capital Porto Alegre. As parcelas com vencimento em abril, maio e junho foram adiadas para julho, agosto e setembro, respectivamente.

Os microempreendedores individuais (MEIs) e as empresas optantes pelo Simples Nacional tiveram os prazos de pagamento prorrogados por dois meses. Dessa forma, os pagamentos que venceriam em maio e junho poderão ser quitados até o último dia útil de junho e julho, respectivamente. Além disso, o prazo para os MEIs entregarem a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-Simei) foi prorrogado para 31 de julho.

O governo federal anunciou o pagamento de duas parcelas adicionais do seguro-desemprego para os trabalhadores que moram nas 336 cidades afetadas. Além disso, os trabalhadores poderão sacar até R\$ 6.220 de cada conta vinculada no FGTS, dependendo do saldo acumulado. As empresas também poderão adiar o recolhimento das contribuições ao fundo por até quatro meses.

A Febraban (Federação Brasileira de Bancos) anunciou que os cinco principais bancos do País (Itaú, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Banco do Brasil e Santander) adiaram os prazos de pagamento e renegociação de dívidas.

A Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que concede prioridade às pessoas afetadas por desastres naturais no programa Minha Casa, Minha Vida. Já o Senado aprovou um projeto que institui um cartão destinado às famílias atingidas por calamidades naturais. Ambas as medidas aguardam análise nos plenários das respectivas Casas.

O presidente Lula enviou ao Congresso um projeto de decreto legislativo para reconhecer o estado de calamidade pública, visando facilitar a liberação de verbas para o Rio Grande do Sul. O texto, já aprovado pelo Congresso, prevê a vigência até 31 de dezembro deste ano e permite descontar da meta fiscal do governo federal os gastos com assistência emergencial e recuperação do estado.

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/doacao-via-pix-fgts-liberado-e-mais-quais-sao-as-medidas-anunciadas-ao-rs,3f8590fc01a0d0803cb7d5434f9f18c3sx8t9ydr.html>

# Governo suspende dívida do estado

» **INGRID SOARES** » **ROSANA HESSEL** » **VICTOR CORREIA**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um Projeto de Lei Complementar (PLC) autorizando o adiamento, por três anos, do pagamento da dívida do Rio Grande do Sul à União.

Com isso, segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a previsão é de que o estado - impactado pelas fortes chuvas nos últimos dias - tenha uma folga de R\$ 11 bilhões exclusivos para ações de reconstrução.

O projeto foi enviado, ontem, ao Congresso.

De acordo com Haddad, as medidas já anunciadas pelo governo para socorro ao Rio Grande do Sul somam R\$ 23 bilhões, sendo R\$ 12 bilhões de investimento primário do Orçamento da União e R\$ 11 bilhões de recursos financeiros que deixarão de ser recolhidos pela União, caso o projeto seja aprovado.

O anúncio foi feito por Lula, em videoconferência com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), vários ministros e os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Haddad disse que os parlamentares garantiram que vão dar celeridade para aprovação do PLC.

Na reunião, Haddad destacou que o presidente concordou em perdoar 4% de juros sobre o estoque total da dívida do RS junto à União, que soma R\$ 100 bilhões. Durante os 36 meses, o governo federal perdoará R\$ 4 bilhões por ano, acima do valor do fluxo da dívida que será postergado. "O estado deixará de pagar os juros, e a renúncia de juros será da ordem de R\$ 12 bilhões ao final dos 36 meses", frisou. "O governo do RS vai, em vez de mandar dinheiro para cá, vai ficar com o dinheiro, em uma conta separada, para as obras de reconstrução, escolas, infraestrutura, hospitais, aquilo que ele entender. E o contrato prevê juros de 4%. Durante esse período, todos os juros vão ser zerados", reforçou.

Ele destacou que o governo continuará na mesa de negociação em busca de novos instrumentos e soluções para a reconstrução do estado. Contudo, reconheceu que, durante os três anos em que a dívida do RS for suspensa, o estoque será corrigido pela **inflação** medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Insuficiente O governador do Rio Grande do Sul classificou a suspensão do pagamento da dívida do estado com a União por três anos como "um passo muito importante" para liberar recursos destinados às ações emergenciais no estado.

Leite disse, porém, que a dívida com a União virou um "torniquete insuportável", que trouxe dificuldades orçamentárias mesmo antes da calamidade causada pelas fortes chuvas e enchentes que atingiram dois terços do território gaúcho. Ele frisou, ainda, que a suspensão do pagamento trará recursos imediatos para financiar medidas emergenciais, mas que o valor não é suficiente.

"Claro que ainda vamos querer discutir mais. Infelizmente, não posso dizer que será suficiente essa medida, e o presidente e o ministro (Haddad) têm consciência disso", pontuou.

"Nossa demanda incluiu um pedido de quitação desses valores, o que até aqui não se viabilizou, mas é um passo." Após a reunião, em coletiva de imprensa no Palácio do Planalto, Haddad contou que técnicos da pasta estão fazendo as considerações sobre as necessidades do Rio Grande do Sul.

O titular da Fazenda reconheceu que ainda é difícil estimar o valor das perdas no estado, pois os números variam de R\$ 19 bilhões a quase R\$ 100 bilhões, em algumas estimativas.

## Aplicação dos recursos

Segundo o documento, o dinheiro economizado deve ser integralmente destinado a um fundo público específico para mitigação dos danos decorrentes da calamidade pública; constituição e pagamento de força de trabalho temporária para atuação no enfrentamento dos efeitos decorrentes da calamidade pública; financiamento e subvenções de capital voltados à remoção de famílias e de estruturas produtivas de áreas de riscos, aquisição de material de construção civil, máquinas e equipamentos e contratação de serviços ou fornecimento de bens necessários ao planejamento, execução e monitoramento das ações necessárias ao enfrentamento dos efeitos da calamidade pública.

## Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

# Dívida do RS com a União é suspensa por três anos

**MATHEUS SCHUCH** [matheus.schuch@rdgaucha.com.br](mailto:matheus.schuch@rdgaucha.com.br)

O governo federal anunciou ontem, em uma reunião virtual, a suspensão do pagamento da dívida do Rio Grande do Sul com a União por três anos. Os valores que o Estado deve serão encaminhados para um fundo destinado a medidas que minimizem os impactos das enchentes. Não serão cobrados juros nem multa sobre essa suspensão. O valor das parcelas por ano totaliza R\$ 3,5 bilhões. O acordo será enviado para análise do Legislativo por meio de um projeto de lei complementar.

Em coletiva de imprensa após o anúncio, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad explicou que a União não cobrará os juros sobre o estoque da dívida durante o período, o que tem um impacto de R\$ 12 bilhões. Haverá, contudo, correção pela **inflação** no período.

-Tenho certeza que o Congresso vai se debruçar sobre essa medida em seguida. São R\$ 11 bilhões que estão disponíveis, de fluxo financeiro, pelos próximos 36 meses. A renúncia de juros já anunciada, inclusive, supera o valor do fluxo, será na ordem de R\$ 12 bilhões - afirmou Haddad.

**Site:** <http://flippioneiro.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/pio/>

# Pacheco desacelera tramitação da PEC do Quinquênio

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu desacelerar a tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) do Quinquênio, que prevê um bônus para **servidores públicos**, em função do desastre climático no Rio Grande do Sul.

A matéria era tratada como prioridade pelo chefe do Legislativo e já passou por quatro sessões de debate em plenário - são necessárias cinco para o texto poder ser deliberado, que serão concluídas nesta semana. Agora, o mineiro sinalizou a aliados que o tema deverá ficar em segundo plano em função da tragédia no Estado gaúcho, assim como outras matérias com impacto fiscal.

Na última semana, Pacheco afirmou que voltaria a discutir o assunto dos quinquênios com líderes partidários. Na ocasião, acabou sendo confrontado por parlamentares sobre a medida.

O senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) afirmou que "a Constituição veda expressamente a criação de qualquer nova despesa durante a vigência do estado de calamidade". "Há um impeditivo. Se observarmos o art. 167-A da Constituição, ele é bem claro. Ele cria algumas facilidades para o governo fazer gastos, mas, por outro lado, ele cria dificuldades para se contratar, para se fazer concurso público ou para criar qualquer aumento de despesa, de despesa fixa. Há, hoje, um impedimento constitucional de qualquer aumento de despesa", avaliou Oriovisto.

Estudo divulgado pelo Instituição Fiscal Independente (IFI), vinculado ao Senado, na semana passada, confirmou estimativa do governo de que o impacto da medida possa chegar a R\$ 42 bilhões no pior cenário, a depender das categorias beneficiadas. Outro levantamento, realizado pela Consultoria do Senado, projeta um custo de até R\$ 82 bilhões para os cofres públicos com a inclusão de novas carreiras pelo relator, senador Eduardo Gomes (PL-TO).

Pacheco defende que originalmente a sua proposta, voltada apenas para juizes e procuradores, teria impacto de R\$ 3 bilhões e coloca como condicionante para o avanço da PEC a aprovação do projeto de lei que acaba com os supersalários na magistratura.

O líder do União Brasil no Senado, que é aliado de Pacheco, disse que a PEC do Quinquênio "deixou de

ser prioridade no Senado", por enquanto.

"Eu acho que o evento do Rio Grande do Sul acabou contribuindo para tirar a PEC da pauta momentaneamente. As novas categorias de servidores que apareceram também precisam de um aprofundamento maior do impacto orçamentário. Somou as duas situações", pontuou.

Outro tema que deve andar em ritmo mais lento é o projeto da renegociação da dívida dos Estados. Em conversa com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, Pacheco alinhou que primeiro o foco será solucionar a questão do Rio Grande do Sul. Pelo acordo entre Pacheco e Haddad, as conversas em torno da renegociação da dívida dos Estados, além do RS, devem ser retomadas apenas no final do mês.

Temas ambientais também podem sofrer alterações. O projeto que permite a redução da reserva legal em imóveis rurais da Amazônia Legal com mais 50% do território ocupado por áreas protegidas não entrou na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) desta quarta-feira (15). O assessor do relator da matéria, Mareio Bittar (União-AC), diz que ele está se recuperando de uma cirurgia do pé.

Na Câmara, a expectativa é que propostas sobre invasões de terra e iniciativas que tenham o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) como alvo, consideradas prioritárias pela bancada ruralista e pela oposição, percam força nas próximas semanas.

Os deputados devem se debruçar sobre medidas de socorro financeiro ao Rio Grande do Sul nos próximos dias. O cronograma deve ser definido em reunião entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e líderes partidários.

Além disso, o calendário apertado deve fazer com que as atenções dos parlamentares se voltem à aprovação dos projetos de regulamentação da **reforma tributária**. Lira já afirmou que quer concluir a apreciação até o recesso parlamentar.

"A Constituição veda a criação de despesa em estado de calamidade"

O. Guimarães

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187873?page=2  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187873?page=2&section=1)**

# O superendividamento do servidor público brasileiro (Artigo)

**ARNON AMORIM**

ARNON AMORIM

O endividamento é uma realidade que afeta milhões de famílias brasileiras, mas quando se trata do servidor público, o cenário é ainda mais alarmante. Apesar de desfrutar de um salário mensal garantido e, em muitos casos, receberem acima da média dos outros trabalhadores, é surpreendente constatar que 70% dos **servidores públicos** ativos no Brasil estão endividados, de acordo com o Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo (Ibedec).

Essa estatística é ainda mais preocupante quando comparada aos 58% das famílias brasileiras no geral que possuem dívidas, conforme a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Apesar de ganharem, em média, 40% a mais do que os trabalhadores da iniciativa privada e terem tido aumentos médios de 30% nos últimos cinco anos, os **servidores públicos** estão cada vez mais sufocados por dívidas.

Um dos principais fatores que contribuem para esse fenômeno é a facilidade de acesso ao crédito consignado. Os **servidores públicos** têm à disposição uma modalidade de empréstimo em que as parcelas são descontadas diretamente do salário, o que oferece segurança aos bancos e, conseqüentemente, taxas de juros mais baixas. No entanto, esse sistema também pode ser uma armadilha, pois os servidores podem acumular empréstimos consignados com outras formas de crédito, ultrapassando facilmente o limite de comprometimento de 35% do salário estabelecido por lei.

Além disso, a falta de educação financeira e a propaganda enganosa por parte das instituições financeiras contribuem para o endividamento dos **servidores públicos**. Muitos são assediados com ofertas de crédito assim que ingressam no serviço público, e a falta de regulamentação na publicidade de empréstimos dificulta a conscientização dos servidores sobre os riscos do endividamento.

Outro fator a ser considerado é a falta de planejamento financeiro para a aposentadoria.

Muitos **servidores públicos** não se preparam para a

perda de renda que ocorrerá quando deixarem o serviço público, e o endividamento acumulado ao longo dos anos só agrava essa situação.

Diante desse cenário preocupante, é fundamental que sejam tomadas medidas para proteger os **servidores públicos** do superendividamento.

É necessário fortalecer a educação financeira, tanto no ambiente escolar quanto no local de trabalho, para que os servidores tenham conhecimento e habilidades para gerir suas finanças de forma responsável. Além disso, é preciso regulamentar a publicidade de empréstimos, garantindo que as informações sejam claras e transparentes, e estabelecer mecanismos de controle mais efetivos para evitar o acúmulo excessivo de dívidas.

Portanto, o endividamento do servidor público brasileiro é um fenômeno complexo, que envolve uma série de fatores, desde a falta de educação financeira até a pressão por parte das instituições financeiras. É fundamental que a sociedade, o governo e as próprias instituições públicas se unam para enfrentar esse desafio e garantir que os **servidores públicos** possam desfrutar de uma vida financeira saudável e estável.

Afinal, eles são responsáveis por garantir o funcionamento dos serviços públicos que todos nós utilizamos e merecem ser protegidos de um ciclo vicioso de endividamento.

**Site:** <https://online.fliphtml5.com/fyhxk/hmio/#p=1>

# Promessa é que cesta básica ficará mais barata para famílias de baixa renda

Para as famílias beneficiadas com o cashback, a tributação sobre alimentos deverá cair dos atuais 17,5% para 11,1 % após a **reforma tributária**. Para as demais famílias, a alíquota média ficará em 13,3%, estima o governo.

Os números demonstram que, apesar de a reforma reduzir a quantidade de itens da cesta básica desonerada que existe hoje, não haverá alta nos preços dos alimentos, e sim uma ligeira redução na carga tributária, conforme cálculos do Ministério da Fazenda.

"Uma das preocupações, no caso da cesta básica, é a garantia de que não vai haver aumento do preço", disse ao Valor o diretor de Programa da Secretaria Especial da **Reforma Tributária** Rodrigo Orair. "Isso, eu acho que está garantido."

O ponto promete polêmica no Congresso Nacional, onde é analisado o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24, que detalha a **reforma tributária**. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), composta por 374 deputados, é contra o cashback e defende uma desoneração da cesta básica mais ampla do que a proposta pelo governo.

Orair explicou porque considera que não haverá aumento na tributação dos alimentos após a reforma. Hoje, existe uma cesta básica isenta dos **tributos** federais PIS/Cofins. É a que ficou famosa por conter salmão, bacalhau e foiegras.

No entanto, a maior parte dos itens dessa cesta é sujeita ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com alíquotas que variam da faixa dos 7% até 19%, dependendo do item e do Estado. Ou seja: atualmente, a cesta básica é tributada.

Além disso, os preços pagos pelos consumidores embutem alguns custos bancados pelo comerciante, como conta de energia e dedetização. Hoje, esses gastos não geram crédito tributário. Mas, com a reforma, os **impostos** embutidos nesses serviços poderão ser descontados pelo lojista. Assim, há uma redução que pode ser repassada ao consumidor.

A combinação dos dois efeitos - a retirada do ICMS e a redução de custos decorrente do aproveitamento de créditos - faz com que, na média, a tributação sobre

alimentos caia com a reforma, explicou Orair.

Os impactos variam conforme as categorias de alimentos propostos no PLP. Nos itens da cesta básica nacional, a alíquota cai de cerca de 8% para zero. Estão nesse grupo itens básicos como arroz, feijão e macarrão.

Na cesta estendida, que terá redução de 60% nas alíquotas, a tributação cai de 15,8% para 10,6%. Nesse grupo, estão carnes variadas e peixes, exceto aqueles consumidos majoritariamente pelas famílias ricas, como o bacalhau e o salmão. Também integram esse grupo os alimentos in natura.

Os demais alimentos, majoritariamente os ultraprocessados, ficarão com a carga parecida com a atual.

Orair contou que, por terem sido excluídos da cesta estendida os itens consumidos pelas pessoas de alta renda, abriu-se um espaço fiscal para desonerar novos produtos. A opção do governo foi por incluir produtos para a alimentação saudável e itens regionais, como mate, tapioca e produtos in natura.

Presidente da FPA, o deputado Pedro Lupion (PP-PR) afirmou que há "estudos e impressões" segundo os quais o cashback encarecerá os alimentos. "Veremos aumento de preços nas gôndolas, e com uma utopia de que o governo vai devolver para quem tiver baixa renda, no programa social", afirmou. "Não consigo enxergar que isso funcione."

A frente apresentou um projeto de lei complementar alternativo ao do governo, propondo uma cesta básica mais ampla e livre de **tributos**. "Aí estão proteínas animais, leite e derivados, cereais", listou. "Produtos zerados de imposto, para que a população tenha acesso, inclusive com aumento de consumo, o que é bom para o consumidor e para os produtores."

Há prós e contias nos dois desenhos, disse Orair. "O cashback é mais eficiente do ponto de vista distributivo", comparou. Por ser pago apenas às famílias de menor renda, é um benefício direcionado de forma focada ao público que necessita. Porém, o mecanismo é restrito a um grupo.

A desoneração da cesta básica tem alcance universal,

ou seja, atende a todos os consumidores da mesma forma, reconheceu. No entanto, existe o risco de o benefício acabar concentrando a renda, dependendo da composição da cesta.

É o que acontece hoje, segundo estudo divulgado no ano passado pelo Ministério do Planejamento. O trabalho mostra que a desoneração da cesta básica beneficia mais as famílias ricas, pois essas consomem mais.

Orair considera que a **reforma tributária** traz um meio-termo. "Ficou um híbrido", comentou. Ele considera que o desenho ficou "razoável", porque combina a desoneração de uma cesta bem restrita, composta apenas os produtos básicos e que alcançam um espectro mais amplo da população, e o cashback.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187873?page=2  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187873?page=2&section=1)**

# Reforma tributária: como será o 'imposto do pecado' sobre cigarros (Reforma tributária)

O projeto do governo de regulamentação da **reforma tributária** prevê a combinação de duas alíquotas para compor o imposto adicional sobre cigarros e outros produtos do fumo.

Uma delas será um valor fixo em reais, que terá correção anual pela **inflação**. A outra, um percentual sobre o preço do produto.

Com isso, seria mantido o formato atual de cobrança. Com uma diferença: o imposto em reais atualmente não tem correção automática pela **inflação**.

Seguindo recomendações internacionais, o fumo já possui tributação mais elevada do que outros produtos. Ela é garantida hoje pelo IPI, imposto sobre industrializados, e pelo ICMS estadual.

No caso do IPI, já existe uma alíquota fixa em reais, que não é reajustada desde 2016, e uma taxaço percentual sobre o preço.

A partir de 2027, com o fim da cobrança desses dois **tributos** sobre esses produtos, essa diferença será mantida por meio do Imposto Seletivo, criado para taxar produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, uma espécie de "imposto do pecado".

Alguns desses produtos -charutos, cigarrilhas e cigarros (inclusive artesanais)- terão os dois tipos de alíquota, o valor em reais (ad rem) e o percentual sobre o preço (ad valorem), como acontece hoje com o cigarro.

Os demais produtos fumígenos -como tabaco para confecção de cigarros artesanais, fumo para cachimbos e tabaco para narguilé- terão apenas a alíquota percentual.

Atualmente, a tributação do cigarro varia de acordo com preço, regime fiscal e o estado. Em São Paulo, a marca mais comercializada tem uma tributação total de 79% (11% de PIS/Cofins, 32% de ICMS, IPI de 10% + R\$ 1,50 por maço de 20 unidades).

As empresas também podem optar por recolher um IPI de 45% sem o valor de R\$ 1,50 por maço.

A média da tributação na Europa é de 81%. Nos EUA, acima de 60%.

No texto entregue ao Congresso, a Secretaria da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda afirma que o Brasil adota há anos a combinação de alíquotas ad valorem e específicas sobre cigarros e que essa estratégia tem produzido resultados positivos, tanto de arrecadação, quanto de redução do consumo destes produtos.

Edson Vismona, presidente do FNCP (Fórum Nacional contra a Pirataria e Ilegalidade), afirma que a entidade tem duas preocupações em relação ao cigarro. A primeira é a correção do imposto em reais pela **inflação**. A segunda, que o novo sistema gere aumento de carga tributária.

"A carga tributária dos cigarros é de 70% a 90%, o que é natural e atende às recomendações da OMS [Organização Mundial da Saúde], mas se aumentar ainda mais, você aumenta o estímulo ao mercado ilegal, seja o contrabando do Paraguai e da Ásia ou as indústrias clandestinas no território brasileiro", afirma Vismona.

"A proposta trouxe algumas inovações preocupantes, como atrelar ao IPCA a taxaço do seletivo. É algo que vai ter um impacto de aumentar constantemente tributo."

A carga tributária dependerá das alíquotas do Imposto Seletivo, que serão debatidas em outro projeto de lei, conforme determina a Constituição.

O governo também quer colocar na lista do seletivo bebidas alcoólicas, veículos mais poluentes, embarcações a motor, aeronaves, bebidas açucaradas, petróleo, gás natural e minério de ferro.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/05/reforma-tributaria-como-sera-o-imposto-do-pecado-sobre-cigarros.shtml>

# "Jabuti" em PL ameaça compras de até US\$ 50

» **RAFAELA GONÇALVES**

Um "jabuti" pode pôr fim à isenção de compras internacionais de até US\$ 50.

Isso porque uma emenda, que acaba com a isenção federal para plataformas de e-commerce estrangeiras inseridas no programa Remessa Conforme, foi incluída no parecer do deputado Átila Lira (PP-PI) para o Projeto de Lei (PL) 914/2024 que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover).

Criado pelo governo federal, o Mover tem por objetivo incentivar a descarbonização de veículos nacionais. O programa dá incentivos fiscais para companhias que investem em sustentabilidade e cria regras para diminuir o impacto ambiental causado pela indústria automotiva. Mas, no relatório apresentado por Lira, foi incluída uma emenda que acaba com a não cobrança de **impostos** para importações abaixo de US\$ 50.

A justificativa do parlamentar é que a isenção "tem preocupado a indústria nacional".

Desde a criação do Remessa Conforme, varejistas brasileiras têm pressionado o governo pela taxaço federal de pequenas importações.

A discussão vem sendo adiada pelo Palácio do Planalto e pela equipe econômica desde o ano passado devido à impopularidade do tema. Assim, o setor produtivo concentrou esforços no Congresso para regulamentar o assunto por meio de alguma legislação.

Caso o projeto seja aprovado com o "jabuti", todas as compras internacionais passarão a ser taxadas. Plataformas como Shopee, AliExpress e Shein passarão a cobrar mais caro pelos produtos que vendem. Em entrevista ao Correio, a executiva de relações governamentais da Shein no Brasil, Anna Beatriz Lima, estima que a incidência do Imposto de Importação pode encarecer as compras em até 92% - o que pode dobrar o preço final dos produtos ao consumidor.

"Essa é uma emenda inesperada, em um texto que não guarda qualquer relação com o tema que está sendo discutido. Tentou-se argumentar que os dois falam de programas de importação, mas não dá para

comparar quem importa um carro elétrico com quem compra uma calça jeans", salienta.

Incidência A gigante chinesa, que foi uma das primeiras companhias a se vincular ao Remessa Conforme, cobre o valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 17%. Caso o projeto seja aprovado com o "jabuti", a empresa alerta que não terá como arcar as taxas sobre os produtos estrangeiros, pois será cobrado um Imposto de Importação de 60% que se somará aos 17% do ICMS. Assim, o consumidor comprará um produto com um acréscimo de 92% de taxaço.

Atualmente, cerca de 50 milhões de consumidores brasileiros - aproximadamente 25% da população - utilizam as plataformas estrangeiras de e-commerce.

De acordo com Anna Beatriz Lima, a tributação impactará o poder de compra justamente dos mais pobres.

"De um lado, a gente está falando de um consumidor de alto poder aquisitivo e, do outro, de uma população que, em sua grande maioria - 90% dos compradores -, é das classes C, D e E", adverte.

Lançado oficialmente em abril de 2023, o marketplace nacional da Shein representa, no momento, 55% das vendas da empresa no Brasil. Questionada se a varejista pode reavaliar os planos no país, Anna Beatriz Lima explica que, independentemente da taxaço, há hoje uma nacionalização da produção, compromisso firmado quando a empresa aderiu ao Remessa Conforme.

Ela aponta, ainda, que a solução para o varejo nacional não deve passar por prejudicar o consumidor.

"Não se encontra uma carga tributária de 92% em lugar algum. A discussão vai muito além do que está sendo posto de forma tão binária", lamenta.

Levantamento encomendado pelo Alibaba Group mostra que as importações abaixo de US\$ 50 representam apenas 6,4% das vendas realizadas pelo e-commerce no país. O montante equivale a apenas 0,5% de toda a movimentação gerada pelo varejo nacional, sendo que essas importações de pequeno valor respondem por aproximadamente R\$ 1 bilhão

por mês.

Mas outro estudo, realizado pelo Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), afirma que esse impacto é muito maior - R\$ 50 bilhões, o equivalente a 2,2% do varejo total.

#### Empresários pressionam

Entidades ligadas à indústria e ao comércio prometem intensificar a pressão para que o Projeto de Lei 914/2024 - que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) - seja aprovado o quanto antes, e com o "jabuti" embutido no texto. A matéria tramita em regime de urgência e há a possibilidade de que a discussão seja retomada nesta semana.

Segundo o diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Valente Pimentel, a isenção para as compras até US\$ 50 é nociva à indústria e ao varejo nacionais. Ele aponta que os setores são vítimas da concorrência desigual, o que afeta diretamente a produção e o nível de empregos.

"Cabe imenso esforço em favor da isonomia tributária e do combate à ilegalidade, pois é premente vencer os problemas que afetam o ambiente de negócios e dificultam o aumento da taxa de investimentos", afirma.

As entidades empresariais se reúnem, hoje, com a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) para pressionar a tramitação do PL - emperrado pela falta de consenso entre os deputados. "Será que daremos o empurrão para que potências produtivas e comerciais acumulem bilionárias cifras com suas exportações, enquanto nós faremos a exportação de emprego e renda para outros países?", questiona Pimentel.

#### Manobra parlamentar

"Jabuti" é jargão do Congresso para uma emenda inserida em um projeto de lei, sobre um tema sem qualquer relação com o conteúdo do PL original. O objetivo do "jabuti" é fazer com que a emenda seja aprovada sem chamar a atenção ou suscitar debates.

#### Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

# Reforma tributária: 18 profissões liberais terão alíquota reduzida

Um total de 18 profissões liberais poderão pagar os **tributos** com redução de 30% da alíquota a partir da vigência da **reforma tributária**. A redução dos **tributos** alcançará a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), tributo federal sobre o consumo, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), imposto estadual e municipal. Os serviços referentes a essas atividades se beneficiarão, independentemente se for prestado por pessoas físicas ou jurídicas.

Em relação aos serviços de pessoas jurídicas, no entanto, o escritório ou a empresa que contratou o profissional liberal não poderá ter como sócio outra pessoa jurídica ou que preste serviços fora da lista das 18 atividades. Os sócios deverão realizar a atividade fim, beneficiando escritórios de advocacia, uma das principais categorias a defender a desoneração para os profissionais liberais no ano passado.

As profissões contempladas são administradores; advogados; arquitetos e urbanistas; assistentes sociais; bibliotecários; biólogos; contabilistas; economistas; economistas domésticos; profissionais de educação física; engenheiros e agrônomos; estatísticos; médicos veterinários e zootecnistas; museólogos; químicos; profissionais de relações-públicas; técnicos industriais e técnicos agrícolas.

Na avaliação do diretor legislativo da FENACON, Diogo Chamun, o motivo dessa redução é pela oneração do setor de serviços que a **reforma tributária** trará. "Não soluciona o problema, mas é uma melhoria que ameniza, porém ainda distante do que é hoje, antes da reforma. Temos uma falsa ilusão de que melhorou para essas categorias, mas o fato é que melhorou em relação ao texto original, mas não ao que é hoje", disse.

Ainda segundo ele, é uma conquista, mas ainda é muito paliativo. "A **reforma tributária** sobre consumo é estruturada em um sistema não cumulativo, ou seja, o imposto é calculado por débitos e créditos, além de adotar uma alíquota única, excetuados os regimes diferenciados. Sendo assim, a indústria, por exemplo, tem uma série de possibilidade de créditos, como matéria-prima, insumos, beneficia-mento, frete a outras tantas despesas que fazem parte da cadeia produtiva, o que reduz o imposto a pagar. Já no setor de serviço, a possibilidade de créditos é muito restrita, que traz como consequência, o forte aumento da

carga tributária. Assim, a redução de 30% na alíquota é um movimento importante, mas ainda pequeno, é pouco porque se estima um aumento bem mais elevado no setor de serviços. Outra situação, é que as empresas do Simples Nacional não entram nessa redução porque tem a opção de permanecer como é hoje".

**Site:** <https://oestadoce.com.br/digital/>

# Mercado eleva para 2,09% projeção de alta da economia

**ANDREIA VERDÉLIO** Agência Brasil, Brasília

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 2,05% para 2,09%. A estimativa está no boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (**PIB** - a soma dos bens e serviços produzidos no país) é crescimento de 2%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro também projeta expansão do **PIB** em 2%, para os dois anos.

Superando as projeções, em 2023 a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R\$ 10,9 trilhões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2022, a taxa de crescimento havia sido 3%.

A previsão de cotação do dólar está em R\$ 5 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda americana fique em R\$ 5,05.

## **Inflação** prevista

Nesta edição do Focus, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a **inflação** oficial do país - em 2024 subiu de 3,72% para 3,76%. Para 2025, a projeção da **inflação** ficou em 3,66%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,5% para os dois anos. A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de **inflação** .

**Site:**

[https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_1A86446E70C7F0926E6EFE5B8F5452BB2C98ADAD52282E47E94184083CD4B17011F3F165045DCE4A1F3BEAF4331ABAB876DE068C3F185D071A2C1B5C302A433205A5DC5CEE9F290A92A23F0E69D555674933AC7AAE736680E05BF594A861E19CAF83D71912F5541F76B4FE1734885B680E8E952A4A1CBF7380538](https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_1A86446E70C7F0926E6EFE5B8F5452BB2C98ADAD52282E47E94184083CD4B17011F3F165045DCE4A1F3BEAF4331ABAB876DE068C3F185D071A2C1B5C302A433205A5DC5CEE9F290A92A23F0E69D555674933AC7AAE736680E05BF594A861E19CAF83D71912F5541F76B4FE1734885B680E8E952A4A1CBF7380538)

# Mercado eleva projeção para taxa Selic

Após o Comitê de Política Monetária (Copom) diminuir o ritmo de corte dos juros, o mercado elevou a previsão da Selic deste ano para 9,75%, ante 9,63% na última semana. Há um mês, o patamar era de 9,13%. Considerando apenas as 56 respostas dos últimos cinco dias úteis, a mediana para o fim de 2024 seguiu em 9,75% ao ano.

O Copom abandonou o indicativo da reunião de março e cortou a Selic em 0,25 pp, para 10,50% ao ano em maio. A decisão dividida do colegiado deixou os indicados pela gestão Lula do lado que seguiria a sinalização de redução de 0,50 pp, enquanto os diretores que já estavam no BC antes deste governo optaram por diminuir o ritmo de cortes neste momento. Há grande expectativa pela ata, que deve ser divulgada hoje, já que não houve grandes justificativas sobre a divisão do comitê nem sinalização sobre os próximos passos.

Ao justificar a decisão, o BC disse entender que ela é compatível com a estratégia de convergência da **inflação** para o redor da meta ao longo do horizonte relevante,

que inclui o ano de 2025. "Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego", repetiu o Copom.

No Relatório de Mercado Focus (pesquisa semanal com os principais agentes de mercado financeiro), a projeção para a Selic no fim de 2025 seguiu em 9%, ante 8,50% há um mês.

Além da taxa básica de juros, os agentes de mercado também aumentaram as estimativas para o crescimento da economia brasileira (medida pelo Produto Interno Bruto, **PIB**, que é a soma dos bens e serviços produzidos no país) deste ano, de 2,05% para 2,09%. Para 2025, a expectativa para o **PIB** permaneceu em 2%. Nesta edição do Focus, a previsão para o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) -considerada a **inflação** oficial do país - em 2024 subiu de 3,72% para 3,76%. Para 2025, a projeção da **inflação** ficou em 3,66%.

**Site:**

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

# Projeção de expansão da economia sobe para 2,09%

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 2,05% para 2,09%. A estimativa está no boletim Focus dessa segunda-feira (13), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (**PIB** - a soma dos bens e serviços produzidos no país) é crescimento de 2%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro também projeta expansão do **PIB** em 2%, para os dois anos.

Superando as projeções, em 2023 a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R\$ 10,9 trilhões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2022, a taxa de crescimento havia sido 3%. A previsão de cotação do dólar está em R\$ 5 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda americana fique em R\$ 5,05.

## \* **Inflação**

Nesta edição do Focus, a previsão para o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a **inflação** oficial do país - em 2024 subiu de 3,72% para 3,76%. Para 2025, a projeção da **inflação** ficou em 3,66%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. Para 2025 e 2026, as metas de **inflação** estão fixadas em 3%, com a mesma tolerância.

## \* Taxa de juros

Para alcançar a meta de **inflação**, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 10,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A alta recente do dólar e o aumento das incertezas fizeram o BC diminuir o ritmo do corte de juros, que vinham sendo de 0,5 ponto percentual, para 0,25 ponto.

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano, por sete vezes seguidas. Com o controle dos preços, o BC passou a realizar os cortes na Selic.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 em 9,75% ao ano. Para o fim de 2025, a estimativa é de que a taxa básica caia para 9% ao ano, se mantenha nesse patamar em 2026 e caia para 8,63% em 2027.

## Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/?numero=6328&edicao=133617>

# ICMS arrecadado soma R\$ 426,5 mi em março/2024

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), em Sergipe, somou aproximadamente R\$ 426,5 milhões, em março deste ano, um aumento de 13,4% em relação a março de 2023, considerando o efeito da **inflação** medida pelo IPCA. No comparativo com a **quantia** arrecadada em fevereiro último, acréscimo de 0,4%.

Os números são da análise realizada pelo Núcleo de Informações Econômicas da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES), com base nos dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

## Outros **tributos**

Já a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), no mês analisado, somou quase R\$ 119,5 milhões. Por sua vez, o recolhimento do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) ficou em R\$ 1,6 milhão, enquanto as taxas pagas em função da contra-prestação de algum serviço público recolheram R\$ 1,4 milhão aos cofres do estado, no mês analisado.

### **Site:**

**<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/?numero=6328&edicao=133617>**

# Previsão do PIB brasileiro é elevada

Brasília - A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 2,05% para 2,09%. A estimativa está no boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (**PIB**) é de crescimento de 2%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro também projeta avanço do **PIB** em 2%, para os dois anos.

Superando as projeções, em 2023 a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R\$ 10,9 trilhões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2022, a taxa de crescimento havia sido 3%.

A previsão de cotação do dólar está em R\$ 5 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda americana fique em R\$ 5,05.

Nesta edição do Focus, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a **inflação** oficial do País - em 2024 subiu de 3,72% para 3,76%. Para 2025, a projeção da **inflação** ficou em 3,66%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. Para 2025 e 2026, as metas de **inflação** estão fixadas em 3%, com a mesma tolerância.

Em abril, pressionada pelos preços de alimentos e gastos com saúde e cuidados pessoais, a **inflação** do país foi 0,38%, acima do observado no mês anterior (0,16%), mas abaixo do apurado em abril do ano passado (0,61%). De acordo com o IBGE, em 12 meses, o IPCA acumula 3,69%.

Taxa de juros - Para alcançar a meta de **inflação**, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 10,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A alta recente do dólar e o aumento das incertezas fizeram o BC diminuir o ritmo do corte de juros, que vinham sendo de 0,5 ponto percentual, para 0,25 ponto.

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano, por sete vezes seguidas. Com o controle dos preços, o BC passou a realizar os cortes na Selic.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia da Covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 em 9,75% ao ano. Para o fim de 2025, a estimativa é de que a taxa básica caia para 9% ao ano, se mantenha nesse patamar em 2026 e caia para 8,63% em 2027.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é de que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a **inflação** e estimulando a atividade econômica. (ABr)

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-14-05-2024/>